



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 11328/2005/001/2009

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM

Interessado: **SERGIO DO CARMO ROCHA - ME.**

PARECER JURÍDICO

I – Relatório

Sérgio do Carmo Rocha- ME foi autuado por irregularidade ambiental incurso no inciso IX, artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade: *“Exercer atividade de fabricação de aguardente há 8 anos com lançamento de vinhoto em um pequeno curso d’água, onde o responsável não possui tanques para depósito da produção de 800 litros de rejeito, sendo este lançado diretamente em curso d’água”*. Multa aplicada de R\$5.000,00 alterada para R\$2500,00 por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Consta do Auto de Infração em questão o proprietário do empreendimento como responsável solidário do exercício da atividade.

Inconformado com a decisão de manutenção da multa aplicada, o autuado, interpôs seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega que pleiteia o cancelamento da multa; que vem cumprindo todas as determinações legais impostas e que não tem condições financeiras de quitar a multa.

Do ponto de vista jurídico o recorrente não apresentou nenhum dado ou fato capaz de alterar as decisões anteriores de penalização ao recorrente.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a fiscalização constatou, *in loco*, que *durante o processo produtivo o vinhoto proveniente da atividade é lançado em um tanque não impermeabilizado, localizado próximo à área de preservação permanente. No tanque está ocorrendo o transbordamento do produto, que escorre e atinge o leito do riacho, o que caracteriza infração à legislação ambiental vigente.*

Dessa forma, podemos afirmar, que os argumentos apresentados não sustentam o cancelamento da multa aplicada.

Por fim, cabe apontar erro na alteração da multa de R\$2500,00 para R\$2501,00 considerando o porte pequeno do recorrente.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão anterior de manutenção de multa, corrigida para **R\$2501,00**, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**.

É o parecer. *s,m,j.*

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2013


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9